

AGENDA LEGISLATIVA SEMANAL

SENADO FEDERAL

Plenário – 16 a 18/05

O Plenário pode votar nesta semana as seguintes MPs:

- MP 1147/2022, que Altera a Lei nº 14.148, de 3 de maio de 2021, que instituiu o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos.
- MP 1150/2022, que amplia o prazo para que proprietários rurais peçam adesão ao Programa de Regularização Ambiental (PRA).
- MP 1153/2022, que altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro (CTB)

Os senadores podem votar ainda a PEC 162/2019, que autoriza a permuta de juízes de direito vinculados a diferentes tribunais. O texto autoriza a remoção a pedido ou a permuta de magistrados de comarca de igual entrância dentro do mesmo segmento de Justiça. A regra vale também para juízes de segundo grau vinculados a diferentes tribunais nas esferas das justiças estaduais, federal ou do trabalho. O último tem na pauta é o PL 776/2019, que permite a dedução no Imposto de Renda da doação de pessoas físicas a projetos de pesquisa.

Outras matérias poderão ser deliberadas mediante acordo de líderes.

Comissão de Direitos Humanos – 15/05 - 14h - Plenário 02

Audiência sobre a pulverização aérea por agrotóxicos e as violações de direitos humanos à saúde, alimentação e meio ambiente. Entre os convidados, destacam-se:

- Deputado Estadual Renato Roseno, Assembleia Legislativa do Estado do Ceará
- Jorge Machado Huet Mesquita Representante da Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ.
- Maria Juliana Moura, Diretora de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador do Ministério da Saúde.

- Pedro Luiz Gonçalves Serafim da Silva, Subprocurador-Geral do Trabalho – Coordenador do Fórum Nacional de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos e Transgênicos do Ministério Público do Trabalho.
- **Marco Antônio Delfino de Almeida, Procurador do Ministério Público Federal.**

Comissão de Direitos Humanos – 16/05 – 09h – Plenário 02

Audiência para debater "Os Direitos Humanos e a Comunidade LGBTQIA+". Entre os convidados, destacam-se:

- Deputada Federal Erika Hilton, Coordenadora da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Cidadania e dos Direitos LGBTQIA+ .
- Jan Jarab, Representante Regional para América do Sul do Alto Comissariado da ONU para os Direitos Humanos (ACNUDH).
- Toni Reis, Diretor-Presidente da Aliança Nacional LGBTI+.
- **Lucas Costa Almeida Dias, Procurador Regional dos Direitos do Cidadão no Acre Ministério Público Federal.**

Comissão de Constituição e Justiça – 18/05 – 09h – Plenário 03

Audiência para Instruir o Projeto de Lei nº 3.453, de 2021, que “altera a Lei nº 8.038, de 28 de maio de 1990, e o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para dispor sobre o resultado de julgamento em matéria penal ou processual penal em órgãos colegiados e sobre a concessão de habeas corpus de ofício”. Foram convidados:

- Antônio Henrique Graciano Suxberger, Promotor de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.
- **Vladimir Aras, Procurador Regional da República do Ministério Público Federal.**
- **Bruno Calabrich, Procurador Regional da República.**
- Antônio Carlos de Almeida Castro, Advogado Criminalista
- Eugênio José Guilherme de Aragão Jurista, ex-ministro da Justiça e ex-Procurador da República.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Plenário – 16 a 18/05

Pauta da semana ainda não divulgada.

Comissão de Constituição e Justiça – 16/05, às 14h e 17 e 18/05, às 10h – Plenário 1

ITEM 11 – PEC 9/2023, que "altera a Emenda Constitucional nº 117, de 5 de abril de 2022, quanto à aplicação de sanções aos partidos que não preencheram a cota mínima de recursos ou que não destinaram os valores mínimos em razão de sexo e raça em eleições, bem como nas prestações de contas anuais e eleitorais". O relator, Diego Coronel, apresentou parecer pela admissibilidade da matéria.

Comissão de Direitos Humanos – 17/05 - 9h - Plenário 09

Audiência pública sobre o PL nº 7.292/2017, que versa sobre o enfrentamento à LGBTIFOBIA. Entre os convidados, destacam-se:

- Celso de Mello, Ministro aposentado do Superior Tribunal Federal - relator da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão nº 26.
- **Carlos Vilhena, Procurador Federal dos Direitos do Cidadão.**
- **Lucas Dias, Procurador Regional dos Direitos do Cidadão no Acre.**
- Anderson Cavichioli, Delegado da Polícia Civil do Distrito Federal, Mestre em Direitos Humanos pela UnB.